

**FIEC**



# Programa ESG-FIEC

Regulamento de Avaliação de Conformidade (RAC)



Federação das Indústrias do Estado do Ceará

Documento:	Regulamento de Avaliação de Conformidade (RAC)
Versão:	1.0
Lançamento:	04/2022
Autora:	FIEC – Federação das Indústrias do Estado do Ceará Avenida Barão de Studart, 1980 Aldeota – Fortaleza/CE - CEP 60.120-024 (85) 3421.4201 <a href="mailto:esg.adm@sfiec.org.br">esg.adm@sfiec.org.br</a>

A elaboração deste material contou com a consultoria e a assessoria da [www.ecovalor.eco.br](http://www.ecovalor.eco.br)



© 2021 Todos os direitos reservados

Documento sujeito a revisão.  
Consulte o website do Programa ESG-FIEC para identificar e ter acesso à versão em vigor.

# Sumário

1. OBJETIVO	4
2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS	5
3. TERMOS E DEFINIÇÕES	5
4. PRINCÍPIOS	6
5. DIRETRIZES	7
5.1. Solicitação da auditoria	7
5.2. Planejamento da auditoria	7
5.3. Reunião de abertura	8
5.4. Reunião de encerramento	8
5.5. Relatório de auditoria	9
5.6. Auditoria de Follow Up	9
5.7. Apelações	9

# 1. OBJETIVO

O Regulamento de Avaliação de Conformidade (RAC) define os princípios e as diretrizes que devem ser observados por todas as partes envolvidas numa auditoria de terceira parte do Programa ESG-FIEC. Este documento foi elaborado tendo por referência as principais normas internacionais para auditorias de sistemas de gestão e avaliação da conformidade, e tem por objetivo garantir a máxima lisura, segurança, confiabilidade e credibilidade dos resultados.



# 2. REFERÊNCIAS NORMATIVAS

**Os documentos relacionados a seguir forneceram as bases para os princípios e as diretrizes deste RAC:**

- Norma ABNT NBR ISO/IEC 17021-1: Avaliação da Conformidade – Requisitos para organismos que fornecem auditoria e certificação de sistemas de gestão. Parte 1: Requisitos; e
- Norma ABNT NBR ISO 19011:2018: Diretrizes para auditoria de sistemas de gestão<sup>1</sup>.

# 3. TERMOS E DEFINIÇÕES

**Para os efeitos deste documento, aplicam-se os seguintes termos e definições:**

- **Auditado** | organização como um todo, ou suas partes, que está sendo auditada.
- **Auditor** | pessoa que realizar uma auditoria.
- **Auditoria** | processo sistemático, independente e documentado para obter evidência objetiva e avaliá-la objetivamente, para determinar a extensão na qual os critérios de auditoria são atendidos.
- **Conclusão de auditoria** | resultado de uma auditoria, após levar em consideração os objetivos de auditoria e todas as constatações de auditoria.
- **Conformidade** | atendimento de um requisito.
- **Constatações de auditoria** | resultados da avaliação de evidência de auditoria coletada, comparada com os critérios de auditoria.
- **Crítérios de auditoria** | conjunto de requisitos usados como uma referência com a qual a evidência objetiva é comparada.
- **Evidência de auditoria** | registros, apresentação de fatos ou outras informações pertinentes aos critérios de auditoria e verificáveis.
- **Não conformidade** | não atendimento a um requisito.
- **Plano de auditoria** | descrição das atividades e arranjos para uma auditoria.
- **Requisito** | necessidade ou expectativa que é declarada, geralmente implícita ou obrigatória.

<sup>1</sup> Nota: Ainda que a ABNT NBR ISO 19011:2018 se concentre em auditorias internas (primeira parte) e auditorias conduzidas por organizações em seus fornecedores externos e outras partes interessadas externas (segunda parte), ela fornece orientações adicionais úteis e, portanto, é uma das referências normativas do RAC.

## 4. PRINCÍPIOS

Nas auditorias do Programa ESG-FIEC, o auditor deve obedecer aos seguintes princípios:

- **Integridade** | desempenho das atividades de forma ética, honesta e responsável, com imparcialidade, sem influências indevidas sobre os seus julgamentos.
- **Apresentação justa** | obrigação de reportar com veracidade e exatidão as constatações e conclusões de auditoria.
- **Devido cuidado profissional** | manter-se justo, ponderado e sem tendenciosidade em todas as suas interações.
- **Confidencialidade** | proteção das informações, resguardo do sigilo e proibição de compartilhamento, cópia e divulgação de informações às quais teve acesso.
- **Independência** | não há histórico de relacionamento entre o auditado e o auditor, nem com concorrentes do auditado ou outras partes que configurem conflito de interesses.
- **Diplomático** | postura de respeito, educação e gentileza, sem prejuízo da firmeza na tomada de decisões.
- **Abordagem baseada em evidências** | as decisões devem sempre estar fundadas em evidências, e não em suspeitas ou indícios inconclusivos.



## 5. DIRETRIZES

Nas auditorias do Programa ESG-FIEC, as partes envolvidas no processo devem obedecer às seguintes diretrizes:

### 5.1. Solicitação da auditoria

A indústria participante do Programa ESG-FIEC, após concluir a etapa de preparação, deve comunicar ao Núcleo ESG-FIEC a sua intenção de avançar para a etapa de auditoria. O Núcleo coletará as informações necessárias para e tomará as medidas cabíveis para o agendamento da atividade, no organismo de auditoria.

### 5.2. Planejamento da auditoria

A auditoria deve ocorrer em até 60 (sessenta) dias úteis, a contar da formalização da solicitação, pela indústria, da sua intenção de avançar para a etapa de auditoria. Com, no mínimo, 05 (cinco) dias úteis de antecedência à auditoria, o auditor deve fornecer à indústria auditada cópia do plano de auditoria contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- [a] Datas, horários e endereços das atividades de auditoria, com previsão estimada de duração;
- [b] Dados básicos do auditor e de eventuais observadores ou de outras pessoas que acompanharão as atividades de auditoria no local;
- [c] Escopos de auditoria, níveis de classificação no *rating* pretendidos, quantidade de indicadores a ser auditados e percentuais de aproveitamento necessários;
- [d] Orientações sobre saúde e segurança, como equipamentos de proteção individual (EPIs) e outros cuidados que devam ser observados durante as atividades de auditoria;
- [e] Orientações sobre uso de dispositivos celulares e câmeras, fotocópia de documentos, considerando os princípios de confidencialidade e a proteção de dados pessoais;
- [f] Restrições de cunho cultural, religioso ou comportamental que devam ser observadas pelas pessoas participantes; e
- [g] Outras orientações relevantes para a eficaz realização das atividades de consultoria, a critério do organismo de auditoria.
- [h] Para elaboração do plano de auditoria, o organismo de auditoria deve se basear nas informações prestadas pela indústria a ser auditada e coletadas pela Núcleo ESG-FIEC, bem como em informações coletadas durante eventuais contatos realizados diretamente entre as partes. A finalidade é garantir a boa condução dos trabalhos, com foco na prevenção de riscos à saúde e à segurança, bem como o respeito às normas de conduta da indústria.





### 5.3. Reunião de abertura

Durante a auditoria *in loco*, o auditor deve conduzir uma reunião de abertura, recomendando-se que esteja presente representante da Alta Direção e o(s) responsável(is) da indústria auditada designado(s) para acompanhar o auditor durante as atividades de auditoria. Nesta reunião, o auditor deve fornecer breve explicação sobre as atividades, confirmando os termos do plano de auditoria e esclarecendo eventuais dúvidas.

### 5.4. Reunião de encerramento

Deve-se realizar uma reunião de encerramento, na qual o auditor deverá reportar aos representantes da indústria auditada presentes suas considerações finais acerca das atividades de auditoria. Caso o auditor consiga chegar a uma conclusão da auditoria ainda *in loco*, poderá comunicar formalmente o resultado da auditoria. Caso isso não seja possível, a reunião se limitará à formalização do encerramento das atividades.

Comunicado ou não resultado da auditoria durante a reunião de encerramento, as partes devem estabelecer de comum acordo a data limite para entrega do relatório de auditoria, que não poderá ultrapassar 10 (dez) dias úteis após o encerramento desta. O resultado preliminar permanecerá disponível na plataforma ESG Now. O auditor deve informar a auditada sobre o seu direito de apelação, além de esclarecer dúvidas em geral.

### 5.5. Relatório de auditoria

O relatório de auditoria será emitido automaticamente pela plataforma ESG Now. É dever do auditor reportar no relatório todos os obstáculos significativos encontrados durante a auditoria, divergências de opiniões entre o auditor e a auditada, ou incidentes que configurem violação aos princípios e diretrizes do RAC por alguma das partes.

Ressalte-se que não cabe às organizações de auditoria a apresentação de sugestões de ações e/ou mesmo planos de ação para sanar não conformidades ou a apresentação de oportunidades de melhoria. Esta atividade é de competência exclusiva das Casas do Sistema FIEC e de empresas de consultoria ESG parceiras do Programa ESG-FIEC, e é facultativo às indústrias contratar estes serviços.

### 5.6. Auditoria de Follow Up

Conforme dispõe o Manual de Certificação do Programa ESG-FIEC, quando o percentual de aproveitamento alcançado for até 20% (vinte por cento) inferior ao previsto para classificação do *rating* desejada, é facultado à indústria solicitar auditoria de *follow up*, tendo a oportunidade de sanar não conformidades para reverter o resultado desfavorável da auditoria.

A partir da ciência da auditada acerca do relatório de auditoria, a auditada deverá sanar as não conformidades em até 60 (sessenta) dias úteis. Apresentadas as respostas e evidências complementares, os auditores têm o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para finalizar a auditoria de *follow up*, mediante a elaboração e a entrega de relatório de auditoria complementar.

O formato da auditoria de *follow up*, se digital ou híbrida, dependerá de quais são os indicadores a serem reavaliados. Indicadores que dependam exclusivamente de análise documental dispensam a necessidade de nova auditoria *in loco*, porém, em certos casos, será necessária a coleta de evidências no local. A contratação e remuneração destas atividades adicionais devem ser acordadas entre a auditada e o organismo de auditoria.

### 5.7. Apelações

A auditada pode apresentar apelação (impugnação) ao resultado da auditoria, que deve ser endereçada ao Conselho Superior do Programa ESG-FIEC, contendo as razões de fato, de direito e o(s) seu(s) pedido(s). O prazo para apresentação da apelação pela auditada é de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da decisão alvo do recurso.

O Conselho Superior deve convocar representante do organismo de auditoria para o exame conjunto da apelação. O representante deve ser pessoa diversa do auditor, e a decisão pelo deferimento ou indeferimento do(s) pedido(s) deve ser comunicado à auditada em até 20 (vinte) dias úteis, a contar do protocolo da apelação. A decisão deve ser fundamentada e dela não cabe recurso.



# Programa ESG-FIEC

Regulamento de Avaliação de Conformidade (RAC)

